



Votalia São Miguel do Gostoso
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020
e Relatório dos Auditores
Independentes**

mazars

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais e consolidadas.....	3-4
Balanco patrimonial	5-6
Demonstração dos resultados	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais.....	10
2 Apresentação das demonstrações financeiras.....	13
3 Gerenciamento de riscos	15
4 Caixa e equivalente de caixa	16
5 Contas a receber	17
6 Títulos e valores mobiliários.....	17
7 Impostos a recuperar	18
8 Investimentos	19
9 Imobilizado	20
10 Intangível.....	21
11 Fornecedores	22
12 Penalidades contratuais.....	22
13 Passivo de Arrendamentos.....	23
14 Empréstimos e financiamentos	24
15 Partes relacionadas.....	25
16 Debêntures.....	26
17 Contingências	27
18 Patrimônio líquido	27
19 Receita operacional, líquida.....	28
20 Custos e despesas por natureza	29
21 Resultado financeiro	29
22 Imposto de renda e contribuição social.....	30
23 Cobertura de seguros.....	30
24 Principais práticas contábeis adotadas.....	31

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2021.

Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerque
CRC CE 019775/O-9 T-RJ

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Balço Patrimonial Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	259	551	7.541	5.670
Contas a receber	5	-	-	6.360	6.334
Adiantamentos a fornecedores		91	114	988	964
Contas a receber - Partes relacionadas	15	-	-	36	-
Dividendos a receber - Partes relacionadas	15	441	4.795	-	-
Mútuos - Partes relacionadas	15	1.307	1.250	-	-
Impostos a recuperar	7	2.788	2.729	3.252	3.172
Outros ativos		-	-	739	697
Total do ativo circulante		4.886	9.439	18.916	16.837
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	10.487	7.730	40.627	32.196
Contas a receber	5	-	-	361	1.960
Impostos a recuperar	7	-	-	246	246
Investimentos	8	251.838	256.548	-	-
Imobilizado	9	-	-	423.508	446.653
Intangível	10	-	-	12.338	12.942
Total do ativo não circulante		262.325	264.278	477.080	493.997
Total do ativo		267.211	273.717	495.996	510.834

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais

(continuação)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Fornecedores	11	6	15	4.634	4.219
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	12.652	10.905
Debêntures	16	1.536	1.789	1.536	1.789
Obrigações fiscais e trabalhistas		8	10	1.533	2.158
Contas a pagar - Partes relacionadas	15	-	-	60	558
Dividendos - Partes relacionadas	15	-	2.134	-	2.134
Penalidades contratuais	12	-	-	5.866	-
Passivo de arrendamentos	13	-	-	166	270
Total do passivo circulante		1.550	3.948	26.447	22.033
Não circulante					
Debêntures	16	47.244	46.535	47.244	46.535
Passivo de arrendamentos	13	-	-	5.405	8.773
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	195.134	207.974
Penalidades contratuais	12	-	-	1.340	231
Outras obrigações		1	1	2.010	2.055
Total do passivo não circulante		47.245	46.536	251.133	265.568
Total do passivo		48.795	50.484	277.580	287.601
Patrimônio líquido					
Capital social	18	231.580	231.580	231.580	231.580
Prejuízos acumulados		(13.164)	(8.347)	(13.164)	(8.347)
Total do patrimônio líquido		218.416	223.233	218.416	223.233
Total do passivo e patrimônio líquido		267.211	273.717	495.996	510.834

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional, líquida	19	-	-	63.075	65.678
Custos operacionais	20	-	-	(36.913)	(36.790)
Resultado bruto		-	-	26.162	28.888
Despesas operacionais					
Despesas administrativas	20	(237)	(175)	(3.156)	(4.941)
Resultado de equivalência patrimonial	8	1.178	(1.787)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		941	(1.962)	23.006	23.947
Despesas financeiras		(6.127)	(5.843)	(26.640)	(30.274)
Receitas financeiras		295	725	874	1.561
Resultado financeiro	21	(5.832)	(5.118)	(25.766)	(28.713)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(4.891)	(7.080)	(2.760)	(4.766)
Imposto de renda e contribuição social	22	-	-	(2.131)	(2.314)
Prejuízo do exercício		(4.891)	(7.080)	(4.891)	(7.080)

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do período, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	226.880	(1.358)	225.522
Aumento de capital	4.700	-	4.700
Prejuízo do exercício	-	(7.080)	(7.080)
Outras movimentações	-	91	91
Saldos em 31 de dezembro de 2019	231.580	(8.347)	223.233
Prejuízo do exercício	-	(4.891)	(4.891)
Outras movimentações	-	74	74
Saldos em 31 de dezembro de 2020	231.580	(13.164)	218.416

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(4.891)	(7.080)	(2.760)	(4.766)
Ajustes por				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.178)	1.787	-	-
Resultado financeiro - Provisão de juros	5.940	5.697	26.153	29.504
Penalidades contratuais - Provisão	-	-	10.161	5.440
Depreciações e amortizações	-	-	20.511	20.459
Rendimento de aplicação financeira	(182)	(493)	(674)	(1.208)
Diminuição (aumento) nos ativos				
Contas a receber	-	-	(156)	(95)
Adiantamentos a fornecedores	24	-	(24)	(1)
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	(36)	-
Outros ativos	(59)	(186)	(48)	140
Aumento (diminuição) nos passivos				
Fornecedores	(8)	(4)	427	(1.011)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(2)	2	(454)	(173)
Penalidades contratuais	-	-	(1.456)	(4.256)
Fornecedores – Partes relacionadas	-	-	(498)	(1.962)
Passivo de arrendamentos	-	-	(666)	(630)
Outras obrigações	-	-	(45)	1.638
Recursos provenientes (aplicado) das atividades operacionais	(356)	(277)	50.435	43.079
Juros pagos sobre financiamento	-	-	(16.459)	(19.634)
Juros pagos sobre debêntures	(3.866)	(1.992)	(3.866)	(1.992)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.302)	(2.374)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais	(4.222)	(2.269)	27.808	19.079
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Redução em investimentos	5.521	6.070	-	-
Aumento de capital nos investimentos	-	(4.200)	-	-
Resgates em títulos e valores mobiliários	(2.575)	918	(7.757)	(5.994)
Dividendos recebidos	4.795	-	-	-
(Aquisições) Baixas de imobilizado	-	-	(66)	(188)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento	7.741	2.788	(7.823)	(6.182)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Mútuos	(19)	(17)	-	-
Pagamento debêntures	(1.658)	(4.883)	(1.658)	(4.883)
Pagamentos de financiamento	-	-	(14.322)	(15.277)
Dividendos pagos	(2.134)	-	(2.134)	-
Recebimentos de empréstimos e financiamentos, líquidos de custos de transação	-	-	-	505
Aumento de capital social	-	4.700	-	4.700
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de financiamento	(3.811)	(200)	(18.114)	(14.955)
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	(292)	319	1.871	(2.058)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	551	232	5.670	7.728
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	(292)	319	1.871	(2.058)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	259	551	7.541	5.670
Transações que não afetam o caixa				
Registro de arrendamento e direito de uso			3.292	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações constituída em 13 de fevereiro de 2014, com sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica.

As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido nos parques eólicos denominados Carnaúba, Santo Cristo, Reduto e São João. As controladas entraram em operação de teste em maio de 2017 e em operação em julho de 2017 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2020 as participações societárias diretas são as seguintes:

Empreendimento	% Participação
Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica São João SPE S.A	100,00%

Em 31 de dezembro de 2020, nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia e suas controladas (doravante denominadas “Grupo” ou “Grupo SMG”) encontram-se com o capital circulante negativo no montante de R\$7.531. Havendo a necessidade de capital giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia e suas controladas honrem com suas obrigações de curto prazo.

Autorização do Parque Eólico Santo Cristo

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 233 de 16 de abril de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santo Cristo, constituída de 09 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 18 de abril de 2012 e o término em 18 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.

A Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 17 de junho de 2017, entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL nº 1.726 de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Autorização do Parque Eólico Reduto

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 230 de 13 de abril de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Reduto, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 16 de abril de 2012 e o término em 16 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

A Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 17 de junho de 2017, a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.724 de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96.

Autorização do Parque Eólico Carnaúba

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 204 de 5 de abril de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Carnaúbas, constituída de 09 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 09 de abril de 2012 e o término em 09 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

A Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 20 de junho de 2017, a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.725, de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96.

Autorização do Parque Eólico São João

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 173 de 22 de março de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL São João, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 26 de março de 2012 e o término em 26 de março de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.

A Usina de Energia Eólica São João SPE S.A entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 20 de junho de 2017, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL

Nº 1.725, de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica São João SPE S.A destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96.

Contratos de Energia de Reserva - CER

As controladas firmaram em 8 de agosto de 2012 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este contrato, as controladas se comprometeram a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2014, ao preço original de R\$ 98,92 /MWh (agosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). A data de início de suprimento de energia foi postergada de 1º de julho de 2014 a 1º de abril de 2015 através do primeiro termo aditivo ao contrato de energia de reserva - CER Nº 165/11 datado de 27 de janeiro de 2015.

Impactos do Covid-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico e, desde então, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações.

Com base em todos os acontecimentos, a Administração estabeleceu medidas que visam garantir o cumprimento das ações para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, o Grupo Voltaia estabeleceu um Comitê de Contingência, cujo objetivo é monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia. Os 4 pilares definidos são:

- (i) segurança das pessoas
- (ii) continuidade das atividades essenciais,
- (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e
- (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Neste cenário, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos do Covid-19 nos negócios da Companhia, conforme segue:

Redução do valor recuperável (“impairment”)

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o “impairment” de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma perda por “impairment”. Como a pandemia ainda está avançando, o impacto financeiro resultante da COVID-19 nas unidades geradoras de caixa (“UGC”) da Companhia, se houver, não pode ser estimado com segurança no momento. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa permanecem inalteradas para a avaliação do indicativo de “impairment”.

Liquidez

Não houve alteração substancial dos índices de liquidez da Companhia. A Administração considera que o capital de giro é suficiente para requisitos atuais da Companhia. Havendo a necessidade de capital giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia honre com suas obrigações de curto prazo.

Valor justo de outros ativos e passivos

No momento atual, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de fevereiro de 2021.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, aprovado pelo CFC (NBC TG 36 - R2) e abrangem a Controladora e suas controladas, conforme apresentado em Nota 1.

As principais práticas de consolidação adotadas são as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas; e
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e suas controladas, bem como dos saldos das contas mantidas entre as controladas.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Empresa aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.

Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”.

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.6 Demais políticas contábeis

As demais políticas contábeis estão descritas detalhadamente na Nota 24.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Gerenciamento de riscos

3.1 Fatores de Risco financeiro

3.1.1 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneira uniforme, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

Os contratos regulados do Grupo SMG são vendidos diretamente às Distribuidoras que participaram no Leilão de compra de energia. Existe a possibilidade de inadimplência por parte destas distribuidoras, e para mitigar esse risco, estas apresentam um contrato de garantia financeira.

3.1.2 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 conforme apresentado abaixo:

	CONTROLADORA				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores	6	-	-	-	6
Debêntures	1.536	1.369	13.694	32.181	48.780
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores	15	-	-	-	15
Debêntures	1.789	1.311	8.193	37.031	48.324
Partes relacionadas - Dividendos	2.134	-	-	-	2.134

CONSOLIDADO

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores	4.634	-	-	-	4.634
Empréstimos e financiamentos	12.652	13.237	47.310	134.587	207.786
Debêntures	1.536	1.369	13.694	32.181	48.780
Partes relacionadas - Contas a pagar	60	-	-	-	60
Passivos de arrendamentos	166	166	498	4.741	5.571
Penalidades contratuais	5.866	1.340	-	-	7.206
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores	4.219	-	-	-	4.219
Empréstimos e financiamentos	10.905	12.146	43.514	152.314	218.879
Debêntures	1.789	1.311	8.193	37.031	48.324
Partes relacionadas - Contas a pagar	558	-	-	-	558
Partes relacionadas - Dividendos	2.134	-	-	-	2.134
Passivos de arrendamentos	270	270	810	7.693	9.043
Penalidades contratuais	-	-	231	-	231

3.1.3 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, principalmente, de empréstimos de longo prazo. O empréstimo adquirido junto ao BNDES possui taxas variáveis e expõe a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos adquiridos junto as empresas do grupo possuem taxas fixas.

3.2 Riscos regulatórios

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.3 Valor justo de empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado, sendo os valores de mercado dos financiamentos próximos dos valores contabilizados.

4 Caixa e equivalente de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	18	54	227	260
Aplicações financeiras	241	497	7.314	5.410
	259	551	7.541	5.670

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Fundo de Investimento e Certificados de Depósito Bancário, ambos com liquidez imediata. O Fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 82,7% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade é progressiva em

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relação ao prazo de aplicação, iniciando em 99% até 99,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e são mantidas junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

5 Contas a receber

O prazo médio de recebimento dos valores relativos as vendas de energia são de 45 dias da data do faturamento. Maiores detalhes do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) estão detalhados na Nota 1. Abaixo, é demonstrada a composição:

	Consolidado									
	31/12/2020					31/12/2019				
	Reduto	Santo Cristo	Carnauba	São João	Total	Reduto	Santo Cristo	Carnauba	São João	Total
Ativo circulante										
Receita Fixa*	1.563	1.679	1.510	1.608	6.360	1.535	1.649	1.483	1.579	6.246
Ressarcimento**	-	-	-	-	-	-	-	88	-	88
Total	1.563	1.679	1.510	1.608	6.360	1.535	1.649	1.571	1.579	6.334
Ativo não circulante										
Ressarcimento**	-	-	361	-	361	235	-	1.725	-	1.960
Total	-	-	361	-	361	235	-	1.725	-	1.960
	1.563	1.679	1.871	1.608	6.721	1.770	1.649	3.296	1.579	8.294

*Receita fixa de geração de energia eólica correspondente a receita obtida após a declaração de apta recebida da ANEEL em 30 de junho de 2015.

**Referente a provisão de receita variável.

Os contratos de venda de energia firmados pelas controladas foram cedidos em garantia ao contrato de financiamento do BNDES (Nota 14).

6 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são compostos, principalmente, por:

- Conta Reserva SPE é a conta para qual é destinada a totalidade dos recursos remanescentes da conta Centralizadora, depois de observada a destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Serviço da Dívida, conforme definido em contrato juntos ao ente financiador.
- Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES, das debêntures de longo prazo e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço da Dívida e de O&M deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2020, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia aos contratos de empréstimos (nota explicativa 14).

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 86,3% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Composição das contas restritas por tipo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Centralizadora	-	-	6.360	6.255
Serviço da dívida – Empréstimo BNDES	-	-	8.808	8.634
Serviços de manutenção - O&M	-	-	1.212	1.188
Reserva SPE	-	-	16.395	8.353
Reserva Debentures	7.837	7.730	7.837	7.730
Reserva Holding	2.650	-	-	-
Outras aplicações restritas	-	-	15	36
	10.487	7.730	40.627	32.196

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Imposto de renda - Saldo negativo	2.748	2.633	2.949	2.829
IRRF aplicação financeira	32	89	32	89
ISS	-	-	102	102
INSS	-	-	18	45
Outros impostos a recuperar	8	7	151	107
Total ativo circulante	2.788	2.729	3.252	3.172
Ativo não circulante				
ISS	-	-	246	246
Total ativo não circulante	-	-	246	246
Total de impostos a recuperar	2.788	2.729	3.498	3.418

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Investimentos

Investidas	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		Ativos Totais	
	Ordinárias		Ordinárias		Capital Social Integralizado	Capital Votante	31/12/2020	31/12/2019
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	61.483		62.747		100%	100%	116.419	121.735
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	61.018		62.409		100%	100%	123.455	128.124
Usina de Energia Eólica São João S.A.	57.809		59.195		100%	100%	120.825	125.622
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	58.827		60.307		100%	100%	121.673	124.233
Total Investimento							482.372	499.714
	Passivos (Circulantes e Não Circulantes)		Patrimônio Líquido		Receitas Líquida		Resultado do Exercício	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	59.721	63.794	56.698	57.941	15.983	16.248	(53)	(2.492)
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	57.110	60.707	66.345	67.417	15.745	16.142	418	97
Usina de Energia Eólica São João S.A.	56.749	59.531	64.076	66.091	14.684	16.255	(629)	197
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	56.954	59.134	64.719	65.099	16.663	17.033	1.442	411
Total Investimento	230.534	243.166	251.838	256.548	63.075	65.678	1.178	(1.787)

A movimentação do investimento no período é a seguinte:

Companhias	31/12/2019	Equivalência	Dividendos	Resgates de ações (a)	Outras movimentações	31/12/2020
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	57.941	(53)	-	(1.264)	74	56.698
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	67.417	418	(99)	(1.391)	-	66.345
Usina de Energia Eólica São João S.A.	66.091	(629)	-	(1.386)	-	64.076
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	65.099	1.442	(342)	(1.480)	-	64.719
Total	256.548	1.178	(441)	(5.521)	74	251.838

(a) Refere-se a resgates de ações ocorridos por meio de aplicação de reserva de capital, sem redução de capital social da Companhia.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

9 Imobilizado

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Imobilizado em Operação				
Aero geradores, máquinas e equipamentos de geração	485.042	416.963	485.055	436.375
Total do imobilizado em operação	485.042	416.963	485.054	436.375
Bens em operações				
Edificações e obras civis	402	332	402	348
Equipamento de informática	28	11	28	15
Equipamentos de comunicação	6	2	4	1
Terrenos – Direito de uso (Nota 13)	5845	5236	9.137	8.836
Veículos – Direito de uso (Nota 13)	88	0	88	44
Máquinas e equipamentos	1154	810	1.124	891
Instalações	180	102	180	120
Moveis e utensílios	75	52	41	23
Total dos bens em operações	7.778	6.545	11.004	10.278
Total do imobilizado	492.820	423.508	496.058	446.653

9.1 Movimentações entre 2018 e 2019:

	Valor líquido em 31/12/2018	Adições (baixas)	Depreciação / amortização	Valor líquido em 31/12/2019
Imobilizado em operação				
Aero geradores, Máquinas e equipamentos de geração	456.111	(381)	(19.355)	436.375
Total do imobilizado em operação	456.111	(381)	(19.355)	436.375
Bens em operações				
Edificações/Obras Civis	365	-	(17)	348
Equipamento de informática	14	7	(6)	15
Terrenos - Direito de uso (Nota 13)	-	9.137	(301)	8.836
Veículos - Direito de uso (Nota 13)	-	88	(44)	44
Equipamentos de Comunicação	1	-	-	1
Máquinas e equipamentos	1.002	-	(111)	891
Instalações	138	-	(18)	120
Moveis e utensílios	27	-	(4)	23
Total dos bens em operações	1.547	9.232	(501)	10.278
Total do imobilizado	457.658	8.851	(19.856)	446.653

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

9.2 Movimentações entre 2019 e 2020:

	Valor líquido em 31/12/2019	Adições (baixas)	Depreciação / amortização	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado em operação				
Aero geradores, Máquinas e equipamentos de geração	436.375	(12)	(19.400)	416.963
Total do imobilizado em operação	436.375	(12)	(19.400)	416.963
Bens em operações				
Edificações/Obras Civis	348	-	(16)	332
Equipamento de informática	15	-	(4)	11
Terrenos - Direito de uso (Nota 13)	8.836	(3.292)	(308)	5.236
Veículos - Direito de uso (Nota 13)	44	-	(44)	-
Equipamentos de Comunicação	1	2	(1)	2
Máquinas e equipamentos	891	30	(111)	810
Instalações	120	-	(18)	102
Moveis e utensílios	23	34	(5)	52
Total dos bens em operações	10.278	(3.226)	(507)	6.545
Total do imobilizado	446.653	(3.238)	(19.907)	423.508

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos o valor residual) do ativo.

Todo o montante de depreciação foi reconhecido nos custos operacionais.

Os financiamentos com o BNDES (Nota 14) das controladas diretas estão garantidos por 36 turbinas (9 turbinas de cada empresa) de geração de energia, no montante total de R\$308.719.

10 Intangível

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos históricos das investidas incorridos até a data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de São Miguel do Gostoso antes do início da construção dos parques.

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível				
Gastos desenvolvimento	14.305	12.296	14.305	12.868
Software	162	42	162	74
Total do intangível	14.467	12.338	14.467	12.942

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

10.1 Movimentações entre 2018 e 2019:

	Valor líquido em 31/12/2018	Amortização	Valor líquido em 31/12/2019
Intangível em operação			
Gastos desenvolvimento	13.439	(571)	12.868
Software	106	(32)	74
Total do intangível em operação	13.545	(603)	12.942
Total do intangível	13.545	(603)	12.942

10.2 Movimentações entre 2019 e 2020:

	Valor líquido em 31/12/2019	Amortização	Valor líquido em 31/12/2020
Intangível em operação			
Gastos desenvolvimento	12.868	(572)	12.296
Software	74	(32)	42
Total do intangível em operação	12.942	(604)	12.338
Total do intangível	12.942	(604)	12.338

As controladas diretas passaram a amortizar os intangíveis de forma linear por um prazo de 25 anos, após a entrada em operação em julho de 2017, conforme o prazo de contrato de fornecimento de energia.

11 Fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Serviços	6	15	2.021	1.774
Fiança bancária	-	-	1.403	1.403
Encargos setoriais	-	-	684	664
Seguros	-	-	444	293
Outros	-	-	82	85
Total de fornecedores	6	15	4.634	4.219

12 Penalidades contratuais

O contrato de energia de reserva celebrado estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual (período de julho a junho) as diferenças entre a energia gerada da usina e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (extrapolando a faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na cláusula 10 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio, valorada ao preço de venda vigente.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância - 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 30% de geração serão ressarcidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial, valorada ao preço de venda vigente.

Durante o primeiro quadriênio, a energia gerada pelas controladas Reduto, Santo Cristo e São João ficou abaixo do volume contratado. Desta forma, conforme previsto na cláusula 4ª do contrato de energia de Reserva, as controladas tiveram a energia contratual revisada para os próximos 4 anos. Diante disso, houve uma redução na receita fixa do 2º quadriênio. Caso a produção melhore nos próximos quatro anos, o volume contratual retornará ao volume contratado do leilão a partir do 3º Quadriênio. A controlada Carnaúba não está em default nesse contrato, logo, apresenta somente registro na rubrica de contas a receber (Nota 5).

Os valores em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante		
Reduto	1.224	-
Santo Cristo	1.683	-
São João	2.959	-
	5.866	-
Passivo não circulante		
Reduto	378	-
Santo Cristo	506	78
São João	456	153
	1.340	231
Total	7.206	231

13 Passivo de Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicaram a primeira vez o IFRS 16/CPC06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil” na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tendo selecionado o método retrospectivo simplificado.

Entre 31 de dezembro de 2019 e 2020, a movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivo de arrendamentos	01/01/2019	Juros	Pagamentos	Adições / Baixas	Transf. CP / LP	31/12/2019
Passivo Circulante	182	-	(182)	104	166	270
Passivo Não Circulante	5.127	448	(448)	3.812	(166)	8.773
Total no Passivo	5.309	448	(630)	3.916	-	9.043
Passivo de arrendamentos	31/12/2019	Juros	Pagamentos	Adições / Baixas	Transf. CP / LP	31/12/2020
Passivo Circulante	270	-	(181)	-	77	166
Passivo Não Circulante	8.773	486	(485)	(3.292)	(77)	5.405
Total no Passivo	9.043	486	(666)	(3.292)	-	5.571

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2020 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na NE 9.

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição dos saldos

Controlada	Financiamentos	Encargos financeiros contratuais			31/12/2020	31/12/2019
		incidentes	Moeda	Prazo do contrato		
Reduto	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	51.154	53.723
Santo Cristo	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	52.497	55.635
Carnaúba	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	54.211	57.218
São João	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	49.924	52.303
					207.786	218.879
	Total circulante				12.652	10.905
	Total não circulante				195.134	207.974

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo é de R\$ 25.236 (R\$28.167 para 31 de dezembro de 2019).

14.2 Cláusulas restritivas (“Covenants”)

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o ICSD (Índice de cobertura do serviço da dívida) deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social para cada Companhia.

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida].

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

A seguir, os índices em 31 de dezembro de 2020:

	Reduto	Santo Cristo	Carnauba	São João	SMG	Total
Caixa e aplicações financeiras do ano anterior	7.450	7.625	6.667	7.846	8.281	37.869
(-) Conta reserva do serviço da dívida	(2.110)	(2.226)	(2.244)	(2.054)		(8.634)
(-) Conta reserva O&M	(297)	(297)	(297)	(297)	(7.730)	(8.918)
(A) Caixa inicial da atividade	5.043	5.102	4.126	5.495	551	20.317
Ajustes no EBITDA						
Lucro (Prejuízo) no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2020	418	1.442	(53)	(629)	(6.069)	(4.891)
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	534	564	530	502		2.131
(+/-) Resultado financeiro	5.056	4.777	5.065	5.035	5.832	25.766
(+) Depreciação e amortização	5.254	5.112	4.975	5.171		20.511
EBITDA ajustado	11.262	11.895	10.517	10.079	(237)	43.517
(-) Despesas de Imposto de renda e contribuição social no período de 12 meses, líquido de diferimento	(593)	(635)	(573)	(591)		(2.392)
(B) EBITDA ajustado com efeito do imposto de renda e contribuição social	10.669	11.260	9.944	9.488	(237)	41.125
(C) Serviço da dívida no ano de referência correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES	7.403	7.559	7.873	7.206	5.524	35.565
Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)	2,12	2,16	1,79	2,08	n/a	1,73

14.3 Garantias

São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (36 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 9), fiança bancária durante a construção e até a conclusão física e financeira do projeto conforme definido nas cláusulas contratuais, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

15 Partes relacionadas

	31/12/2020				Controladora			
	Ativo - Mútuo	Ativo - Dividendos	Passivo - Dividendos	Resultado Encargos s/ Mútuo	Ativo - Mútuo	Ativo - Dividendos	Passivo - Dividendos	Resultado Encargos s/ Mútuo
Circulante								
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	372	-	-	11	213	1.632	-	13
Usina de Energia Eólica São João S.A.	223	99	-	7	249	1.854	-	15
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	260	-	-	8	432	1.309	-	27
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	452	342	-	13	356	-	-	22
Voltalia São Miguel do Gostoso I Participação	-	-	-	-	-	-	2.134	-
Total Circulante	1.307	441	-	39	1.250	4.795	2.134	77
Total	1.307	441	-	39	1.250	4.795	2.134	77

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
Ativo - Contas a pagar	Passivo - Contas a pagar	Passivo - Dividendos	Resultado - Serviços	Passivo -Contas a pagar	Passivo - Dividendos	Resultado - Serviços
Circulante						
Voltalia S.A.	-	-	-	-	-	-
Voltalia Energia do Brasil Ltda	36	-	(3.956)	558	-	(4.014)
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	-	60	(100)	-	-	-
Voltalia São Miguel do Gostoso I Participação	-	-	-	-	2.134	-
Total Circulante	36	60	(4.056)	558	2.134	(4.014)
Total	36	60	(4.056)	558	2.134	(4.014)

As transações com partes relacionadas são mútuas entre as empresas para a geração de caixa, com prazo de vencimento de um ano com incidência de juros remuneratórios de 111,5 % do CDI, conforme os contratos de mútuo.

16 Debêntures

A Companhia emitiu, em março de 2016, R\$ 57.000 em debêntures não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, com data de vencimento em 15 de dezembro de 2028, junto ao Itaú Unibanco S.A.. As debêntures não estão sujeitas à resgate antecipado, total ou parcial, e pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 dias úteis. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, sempre, no dia 15 dos meses de junho e dezembro. Ao final de cada período de capitalização, será calculado em regime de capitalização de acordo com a fórmula:

$$J = VNa * (\text{Fator Juros} - 1)$$

J - Valor unitário dos juros Remuneratórios devidos ao final de cada período de capitalização, calculando com 8 casas decimais sem arredondamento;

VNa - Valor nominal unitário atualizado calculando com 8 casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros - fator juros fixos calculado com 9 casas decimais, com arredondamento, apurados da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa}}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de empréstimo feitos pelo Grupo SMG junto ao BNDES, sendo que a Companhia ofereceu as garantias para obtenção dos empréstimos.

Os valores recebidos referentes às Debêntures foram repassados para suas controladas através de aumento de capital, sendo uma parte destinado à formação de capital social e outra parte destinado à formação de Reserva de Capital, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária aprovada em 15 de setembro de 2016.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

17 Contingências

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

A Companhia São Miguel do Gostoso não possui ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias.

As suas sociedades controladas são parte de processos tributários, para os quais são constituídas provisões quando há uma provável saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados.

As suas sociedades controladas possuem ações anulatória de risco possível ajuizada perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte no montante atualizado R\$ 1.556 com o intuito de cancelar Autos de Infração lavrados pelo Município de São Miguel do Gostoso para cobrança de taxa de localização e funcionamento necessária à expedição de alvarás de funcionamento dos respectivos empreendimentos.

A controlada Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A. é parte em processo judicial no montante R\$ 1.625, conforme opinião de assessores legais externos. A provisão foi realizada baseada na revisão da Administração.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O capital social da Companhia é de 231.580.182 ações sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, em nome da Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S/A.

18.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

A Companhia não apresentou lucro em 31 de dezembro 2020.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

19 Receita operacional, líquida

O valor registrado na receita operacional líquida corresponde aos valores a receber da CCEE descontadas dos impostos incidentes na receita. O saldo da receita operacional líquida apresenta a seguinte composição:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta		
Receita Bruta de fornecimento - CCEE (Carnaúba)	17.950	17.472
Receita Bruta de fornecimento - CCEE (Reduto)	18.587	18.091
Receita Bruta de fornecimento - CCEE (Santo cristo)	19.967	19.434
Receita Bruta de fornecimento - CCEE (São João)	19.121	18.610
	75.625	73.607
Ressarcimento (Penalidades)		
Ressarcimento (Penalidades) - CCEE (Carnaúba)	(1.364)	(608)
Ressarcimento (Penalidades) - CCEE (Reduto)	(2.245)	(1.337)
Ressarcimento (Penalidades) - CCEE (Santo Cristo)	(2.672)	(1.756)
Ressarcimento (Penalidades) - CCEE (São João)	(3.880)	(1.739)
	(10.161)	(5.440)
Tributos Sobre Receita		
Tributos sobre receita (Carnaúba)	(603)	(616)
Tributos sobre receita (Reduto)	(597)	(612)
Tributos sobre receita (Santo Cristo)	(632)	(645)
Tributos sobre receita (São João)	(557)	(616)
	(2.389)	(2.489)
	63.075	65.678

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

20 Custos e despesas por natureza

	Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Serviços	-	(186)	-	(163)
Despesas legais e judiciais	-	(27)	-	(10)
Despesas administrativas gerais	-	(24)	-	(2)
	-	(237)	-	(175)

	Consolidada			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Depreciações e amortizações	(20.511)	-	(20.459)	-
Encargos setoriais	(7.837)	-	(7.587)	-
Serviços de operação & manutenção	(3.851)	-	(4.085)	-
Serviços de operação & manutenção – Partes relacionadas	(3.816)	-	(3.782)	-
Seguros	(418)	-	(381)	-
Aluguel	(461)	-	(460)	-
Energia comprada para revenda	(19)	-	(36)	-
Serviços	-	(1.789)	-	(1.947)
Despesas administrativas gerais	-	(1.080)	-	(2.663)
Aluguel – Partes relacionadas	-	(240)	-	(232)
Despesas legais e judiciais	-	(47)	-	(99)
	(36.913)	(3.156)	(36.790)	(4.941)

21 Resultado financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita financeira				
Rendimentos aplicações financeiras	182	493	796	1.393
Outras receitas financeiras	74	155	78	168
Juros sobre mútuos ativos	39	77	-	-
	295	725	874	1.561
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(19.688)	(23.281)
Juros sobre debêntures	(5.979)	(5.774)	(5.979)	(5.775)
Outras despesas financeiras	(148)	(69)	(487)	(770)
Juros sobre passivos de arrendamentos	-	-	(486)	(448)
	(6.127)	(5.843)	(26.640)	(30.274)
Total de resultado financeiro	(5.832)	(5.118)	(25.766)	(28.713)

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

22 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(4.891)	(7.080)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL	1.663	2.407
Resultado de equivalência Patrimonial (34%)	401	(608)
Prejuízos fiscais para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(2.064)	(1.799)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Receita Bruta de vendas	75.625	73.607
Penalidade	(10.161)	(5.440)
Base ajustada	65.464	68.167
Presunção Imposto de Renda - 8% (a)	5.237	5.453
Presunção contribuição social - 12% (b)	7.856	8.180
Demais Receitas e Ganhos de capital (c)	618	913
Base de Cálculo - IRPJ (a)+(c)	5.855	6.366
Imposto de renda:15%	878	956
Adicional de Imposto de Renda: 10%	490	540
Total IRPJ	1.368	1.496
Base de Cálculo – CSLL (b)+(c)	8.474	9.093
Contribuição social: 9%	763	818
Total de CSLL	763	818
Total IRPJ e CSLL	2.131	2.314

23 Cobertura de seguros

Os seguros contratados seguem a política da sociedade no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros do Grupo estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

EMPRESA	RAMO	VIGENCIA / SEGURADORA	VALOR EM RISCO
CARNAÚBA	SEGURO GARANTIA CCT	31/07/20 a 31/07/21 – AUSTRAL	553
REDUTO	SEGURO GARANTIA CCT	31/07/20 a 31/07/21 – AUSTRAL	585
SANTO CRISTO	SEGURO GARANTIA CCT	31/07/20 a 31/07/21 – AUSTRAL	585
SÃO JOÃO	SEGURO GARANTIA CCT	31/07/20 a 31/07/21 – AUSTRAL	585
REDUTO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/11/20 A 13/11/21 – SWISS RE	121.630
REDUTO	SEGURO RESP. CIVIL	13/11/18 A 13/11/22 - AXA	1.071
SANTO CRISTO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/11/20 A 13/11/21 – SWISS RE	123.043
SANTO CRISTO	SEGURO RESP. CIVIL	13/11/18 A 13/11/22 - AXA	1.071
CARNAÚBA	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/11/20 A 13/11/21 – SWISS RE	120.977
CARNAÚBA	SEGURO RESP. CIVIL	13/11/18 A 13/11/22 - AXA	1.071
SÃO JOÃO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/11/20 A 13/11/21 – SWISS RE	122.176
SÃO JOÃO	SEGURO RESP. CIVIL	13/11/18 A 13/11/22 - AXA	1.071

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

24 Principais práticas contábeis adotadas

24.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

24.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil do Grupo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas - 25 anos.

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

24.3 Intangível

24.3.1 Ativos Intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A partir do 1 de julho de 2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

24.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo;
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

24.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

24.4 Redução ao valor recuperável (impairment)

24.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sobre condições de que o Grupo não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

24.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

24.5 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

24.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que o Grupo figure como parte passiva.

24.7 Tributação

24.7.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo Sigla Alíquotas

Contribuição para o programa de integração social PIS 0,65%

Contribuição para o financiamento da seguridade social COFINS 3%

Imposto sobre serviços ISS 5%

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

24.7.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, o Grupo optou pelo regime do Lucro Presumido, exceto a Companhia e a controlada São Miguel do Gostoso I Participações S.A., que usam o regime do Lucro Real.

De acordo com a sistemática do Lucro Presumido, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8 % e 12 % da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32 % e 100 %, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

24.8 Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

24.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos.

O Grupo reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para o Grupo e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades do Grupo. Na prática, o Grupo reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

24.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/ mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

24.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foi de 8,84% ao ano, conforme operações financiamentos para ativos destas classes.

24.12 Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020

As seguintes normas foram alteradas, em 2020:

Norma	O que mudou?
Alterações no CPC 15(R1)	Definição de negócios As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos.
Alterações no CPC 38, CPC 40(R1) e CPC 48	Reforma da taxa de juros de referência As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.
Alterações no CPC 26(R1) e CPC 23	Definição de material As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

Norma	O que mudou?
Revisão no CPC 00(R2)	Estrutura conceitual para relatório financeiro Fornecer definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.
Alterações no CPC 06(R2)	Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Nenhuma das alterações acima indicadas teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

* * *